

Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões¹

Diana Farjalla Correia Lima*

“A instituição de memória deve ser essencialmente um livre convite à memória social constituída pelo acúmulo de vontades da memória coletiva. É um convite ao público de hoje como ao de amanhã, é um convite para a prática de uma memória da sociedade em um lugar social”.

Gérard Namer

1. A construção da realidade.

A Cultura, espaço das interpretações no qual se dá a relação do Ser Humano versus Real, produz a atribuição de sentidos/significados para o mundo natural e social.

Esta definição de base simbólica para ‘mundo’ permite explicitação pela ótica conjunta da Biologia, Antropologia e outras Ciências, expressando que a Humanidade nasce com pequeno arsenal genético de orientações intrínsecas para o comportamento, de modo diferente dos animais não racionais. Tal fato lhe exige adaptação para utilizar o ambiente em que vive e, em razão disto, o gênero humano realiza grande esforço na tarefa de ajustar forma e sentido de vida, buscando alcançar como resultado a ordenação e a significação do mundo, compondo o que se denomina *existência humana*.

A criação de determinações gerais para o comportamento, definidas pela Humanidade ao longo da sua trajetória existencial, consiste na organização de conjuntos de regras que atuam como princípios orientadores para o pensamento e a ação da sua vivência/experiência. Envolvem a produção de conhecimentos e de técnicas e, ainda, estabelecem sistemas comuns aos grupos da sociedade. Estes sistemas, correspondentes às diferentes áreas de significação da realidade, firmam-se como modalidades de relações estabelecidas, os denominados domínios sociais do real, igualmente reconhecidos como *sistemas simbólicos*.

E constituindo conjuntos de significantes/significados apresentam-se sob a forma de Arte, Língua, Mito/Religião, e Ciência, implicando em relações voltadas para ver e pensar o real, “o mundo como representação” (CHARTIER, 1990, p. 23, 19), criando um sentido imediato do mundo natural e social associados -- a Realidade. Ao fixar a concordância “quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo” (BOURDIEU, apud MICELI, 1986, p. XII) determinam a construção do que se entende por ‘imagem’ cultural.

* PPG-PMUS UNIRIO/MAST

¹ Este texto tomou como base o *paper* apresentado no Simpósio ICOFOM – Museologia e Memória, organizado pelo Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM)/Conselho Internacional de Museus (ICOM), realizado no Rio de Janeiro em 1997.

2. O universo simbólico da Cultura

A esfera do real trabalhada pela Cultura engloba diferentes formas de percepção, de classificação do mundo e as correlatas matrizes sociais, as *visões de mundo* estudadas por Émile Durkheim, Marcel Mauss (1968/1969) e outros autores. Estas perspectivas dizem respeito ao complexo estoque cultural alicerçado na experiência coletiva e formado por noções definidoras que referenciam esquemas de pensamentos, sistemas de relações e funções sociais. Tais conceitos derivados “da escolha entre diferentes opções possíveis” (MICELI, 1986, p. xxi-xxv) são referidos à determinada geração, a um grupo histórica e socialmente delimitado e compreendidos como *consciência coletiva*.

Constituindo “uma forma de pensar e agir ao mesmo tempo comum a grande número de homens” (MICELI, 1986, p. xxi-xxv), remete à compreensão da “formação cultural” referida à “formação social”, como reconhecem Georges Duby (1976) e Roger Chartier (1990) entre outros autores que articulam os pensamentos e o social -- no bojo da discussão acerca das formas de pensar relacionadas ao socialmente condicionado.

Esta questão merece ser entendida indicando-se a existência de um sinal de correspondência entre estruturas sociais e mentais que se efetua por meio das estruturas dos sistemas simbólicos, no entanto, ocorrendo não como um reflexo mecânico e direto das estruturas sociais, conforme ressalva Pierre Bourdieu (1986, p. 32-33).

Os estudos sobre cultura e sociedade que delinearão o caminho para esta postura, tiveram como objeto de investigação as denominadas formas: forma cultural (a), forma social (b) e forma simbólica (c), analisadas, entre outros pesquisadores, respectivamente por Durkheim, Mauss (1968/1969), formas a / b; e Ernest Cassirer (1988), forma c.

Tais formas compreendidas sob a designação e interpretação unificada (CHARTIER, 1990) de *forma simbólica* merecem ser referidas a “todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação”, correspondendo a “diferentes modalidades de apreensão do real” (GEERTZ, 1989, p. 68, 73) produzidas pelas interpretações da Cultura.

Nestes variados domínios específicos da realidade social a forma simbólica se apresenta e deixa perceber, conforme a “sociologia dos sistemas simbólicos”, (BOURDIEU, 1989, p. 10), duas facetas que a caracterizam: a distribuição em espaços de disposições sociais e em espaços de significações culturais. A primeira relacionada ao exercício da divisão social, cuja ordem se faz segundo a ótica da diferença e da distinção; e a segunda ligada às delimitações das competências, isto é, o conhecimento/os saberes. Organizam-se, assim, como territórios de códigos munidos de suas especificidades.

O meio-ambiente de obtenção e de transmissão da forma de simbolização, ou seja, das formações que vicejam no contexto cultural, faz-se representar pelos níveis familiar e social/coletivo, desenvolvendo-se o processo pela atuação dos agentes sociais de diferentes naturezas e instâncias, os grupos pessoais e/ou institucionais.

A construção conceitual que enuncia a concepção imagética definidora de ‘mundo’ para determinado grupo social, interpretação da realidade natural/social estabelecida pelo universo simbólico da Cultura, faz-se imersa no ‘tempo social’, ambiência na qual se articulam as linguagens dos movimentos coletivos. Este ‘tempo’ é reconhecido, também, como ‘tempo mental’, lidando com o ‘tempo interior’ do Homem (não linear/não cronológico) e, em termos mais precisos, constitui ao mesmo tempo a matéria (= a natureza) e a referência (= a fonte) da Memória Social.

3. Cultura, Comunicação e Memória Social.

A “Passagem da Recordação”, mencionada por Marc Bloch e lembrada por Chartier (1990, p. 46), ao desempenhar a função de comunicação na Memória Social operando a transmissão do ‘modelo’ de mundo natural/social, torna-se identificada à concepção da *Cultura como sistema*, isto é, campo produtor de “um código de interpretação de símbolos” (VELHO; CASTRO, [197-], p. 16).

A realidade codificada pelo homem, no contexto do sistema simbólico, gera para a esfera do real os signos culturais. E os processos de comunicação são regidos pelas diversas modalidades de encarar/definir a realidade, como por exemplo, as ocorrências

observadas em determinado domínio social, no qual certos grupos de agentes da Memória exercem o ‘seu modelo’ específico.

A noção antropológica da “cultura como um código”, “um sistema de comunicação” (VELHO; CASTRO, [197-], p. 19), configura processo permanente de transmissão do ‘modelo de mundo’, ou melhor, transmissão de valores sociais. Acerca deste processo é possível destacar alguns pontos fundamentais em torno de três indicadores que encerram os mecanismos ou procedimentos que nele se verificam.

1) *Características: 1a) conservação, reformulação e/ou recriação = manutenção, (re)definição e atualização do modelo; 1b) estabelecimento de novos símbolos/significações = novos modelos.*

2) *Agentes (condições): 2a) as gerações perante às circunstâncias e formas relativas às confirmações e/ou às mudanças.*

3) *Modos de viver a realidade social/cultural: 3a) diversidade na construção e compreensão dos significados existentes no mundo (LIMA, 1995, p. 37-38).*

4. Núcleo das fontes da Memória Social: herança cultural e espaço interligado

As Manifestações Culturais nomeadas de Práticas e Representações Culturais, compondo o material para a leitura da realidade social coletiva, apresentam-se sob a forma de elaborações propostas e ocorrências produzidas nos espaços do agir e do pensar, planos das ações e das idéias. Revestem-se de dois aspectos (a, b), segundo Falcon (1992, p. 13):

a) Práticas culturais / plano das ações: trata-se da “cultura objetivada: obras, realizações, instituições, que conferem originalidade e/ou autenticidade a vida de um grupo humano, inclusive seus usos e costumes nem sempre imediatamente dados”.

b) Representações culturais/plano das idéias: trata-se da

cultura. [...] como resultante de algum tipo de ação (mental, espiritual, ideológica...) das práticas culturais sobre o respectivo grupo humano considerado (nas práticas), quer em seus aspectos coletivos, quer eventualmente pelo menos, em seus componentes culturais. cultura como representante coletiva e também expressão de algum tipo de finalidade inerente à própria cultura.

Verifica-se no contexto interativo das Manifestações Culturais, com seus domínios interpretativos/sociais, que é possível tratar de estabelecer correlações, indicando-se para as formulações que são concebidas nos *espaços do pensar = plano das idéias = Representações Culturais*: as interpretações/explicações acerca do conhecimento da realidade, o mesmo que os pensamentos / saberes. E em se tratando das elaborações dos *espaços do agir = plano das ações = Práticas Culturais*: as diversas maneiras sociais/culturais de expressar e exercer este conhecimento.

Faz-se interessante mencionar, ainda, algumas indicações usadas ou relações atribuídas por diversos autores mencionados nas Referências, no contexto das práticas (Práticas) e das representações (Representações):

a) Práticas

- “ações” e “atitudes” (VELHO; CASTRO, [197-], p. 19);
- “normas”, “regras”, “preceitos” e “corpo prático” (CHAUÍ, 1991, p. 113);
- “comportamentos” e “gestos” (CHARTIER, 1990, p. 66-67);
- “aspectos materiais” (SANTOS, [1992?], p. 41-42);
- “práticas” (VELHO; CASTRO; [197-], p. 21; CHAUÍ, 1991, p. 114; CHARTIER, 1990, p. 70).

b) Representações

- “modelos” (VELHO; CASTRO, [197-], p. 19);
- “corpo explicativo” e “idéias”, “valores” (CHAUÍ, 1991, p. 113);
- “discursos” e “pensamentos” (CHARTIER, 1990, p. 66-67);
- “aspectos não materiais” (SANTOS, [1992?], p. 41-42);
- “imagem” e “teoria” (VELHO; CASTRO, [197-], p. 22]; CHAUÍ, 1991, p. 114.; CHARTIER, 1990, p. 69; SANTOS, [1992?], p. 44).

5. Bens culturais, objetos materiais (re)interpretados: imagem e mensagem a serviço da Memória Social.

Os objetos materiais são referidos às variadas modalidades de significados criados pelo Ser Humano confrontado à realidade no decorrer da sua trajetória histórica. Reconhecidos como detentores de significações e, em virtude deste entendimento, dizem respeito à “função de representação” (CHARTIER, 1990, p. 19) ou de simbolização, qualidade que é atribuída aos objetos pelo campo da Cultura, o que permite caracterizá-los tendo a base conceitual repousando na ordem simbólica.

O objeto oriundo da produção cultural é aquele “considerado como forma que se refere a um contexto” (BOUDON, 1972, p. 94). Neste caso, deve-se compreender *contexto* como espaço social; e o termo *forma* deve ser identificado àquela que tem sido abordada, neste artigo, ou seja, a forma de conteúdo simbólico, por conseguinte, de elaboração codificada.

Ao mesmo tempo, a questão das relações entre estruturas mentais e sociais encontradas nos sistemas simbólicos, também, está sendo enfocada, pois atinge o contexto interpretativo, ou melhor, o ambiente cultural que se constitui em domínio da realidade social, pleno de construções/interpretações explicitadoras do mundo “existencial e normativo” (GEERTZ, 1989, p. 142-143), âmbito para as leituras das práticas e das representações culturais.

O que se verifica, e assim se entende, são as significações relacionadas aos objetos (vinculação de simbologias/signos), querendo dizer que tais artefatos se tornaram expressões materializadas destas idéias; passaram a ter sentidos específicos (= códigos culturais) definidos e estabelecidos para fins de reconhecimento (= decodificação) junto ao seu meio-ambiente social.

Arnold Hauser (1978, p. 50), trabalhando a obra estética sob a ótica da Teoria da Arte, afirma:

esses produtos da história [...] que têm um significado e valor em si próprios, considerados em relação ao fluxo vivo da história não são mais do que documentos, isto é, testemunhos indirectos do que aconteceu, e assim, susceptíveis de várias interpretações. São estruturas históricas surgindo e desaparecendo, ganhando e perdendo reconhecimento; e contudo, são também objectos importantes cujo valor para aqueles que os reconhecem parece ser algo absoluto e eterno.

A (re)interpretação que se faz do produto cultural ao qualificá-lo na categoria de Bem Cultural é uma atribuição de valor, um juízo elaborado pelo campo cultural que o consigna como elemento possuidor de caráter diferencial. E ao distingui-lo deste modo, torna-o ‘especial’ e em posição de destaque perante os demais objetos da mesma natureza, emprestando-lhe sentido de ‘excepcionalidade’.

Mencionando objetos materiais que se destacam e os significados decorrentes dos juízos de valor que lhes foram atribuídos, há exemplos eloqüentes para citar quando se trata de ilustrar o que se considera um Bem Cultural.

Trata-se, inicialmente, da significação na qual o objeto é distinguido com potência de comprovação de determinada situação cultural -- o *poder de prova*. Este objeto é denominado de “testemunho” (LE GOFF, 1984a, p. 97) por ser considerado capaz de representar a ‘imagem’, por exemplo, do pensamento da Arte, da História, da Ciência, etc., e é apontado como possuidor de ‘valor testemunhal’.

A outra interpretação diz respeito ao objeto exercendo *poder de comunicação*, considerado como “vetor de comunicações” (MOLES, 1972, p. 10-11) e atuando ao modo de um condutor, sendo definido como veículo de mensagens que são trocadas entre o meio social e os indivíduos e, assim, revestido do que se poderia chamar de ‘valor comunicacional’.

As duas interpretações se associam pelos sentidos aplicados aos conteúdos representacionais do objeto: ‘mensagem cultural’ e ‘testemunho cultural’ que impregnados de um sabor de verdade, tornam-se os dados da informação que tangencia o irrefutável. As interpretações são faces da mesma moeda da significação cultural (e a moeda, por sua vez, é outro exemplo materializado da produção de determinada imagem procedente do mundo simbólico).

6. Documentos da Memória Social: objetos nos acervos dos Museus

A noção do “*fato museológico*” (GUARNIERI, 1989, p. 10) (grifo nosso) abordando a questão da relação entre o Ser Humano = o Sujeito que conhece e o Objeto = parte da Realidade, ou aquilo que se nomeia *Bem Cultural* e é compreendido como parte/evidência do mundo natural e social, permite que se perceba o “objeto surgido como fragmento do mundo” (LIER, 1972, p. 152).

Em cada Objeto/Bem Cultural que integra as coleções de um Museu -- Instituição Cultural de Memória; está ‘presente’ e ‘inscrita’ a representação cultural, o imaginário social, o pensamento coletivo, em suma a “memória-mensagem” (NAMER, 1987, p. 178).

Estas coleções guardam, em razão de serem elementos constitutivos do denominado Patrimônio Cultural, os continentes da Memória Social, onde cada objeto se tornou ‘vestígio’ da Memória ‘cultural’ construída e disseminada pelo discurso do Museu.

O *Objeto-testemunho cultural/Objeto-documento* dos processos sociais com peculiaridades de caráter expressivo, portanto caráter simbólico ou de representação, atuando com função de comunicação, é matéria e fonte para leituras/interpretações dos espaços do pensar e do agir, das mensagens dos espaços do “modelo e da ação” (VELHO; CASTRO, [197-], p. 1) e, em outras palavras, das significações expressas pelos aspectos da representação e da prática cultural “e os significados só podem ser ‘armazenados’ através de símbolos” (GEERTZ, 1989, p. 144).

Este objeto sediado no Museu contém dados que são elementos componentes da Informação Cultural, deste modo, revela-se *fonte de informação* (fonte de referência) ligada ao “sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo simbólicos, onde tais relações são engendradas” (BOURDIEU, 1986, p. 184) e as funções sociais definidas.

O foco da Memória Social ou Coletiva está dirigido para as lembranças referenciais que atuam como sinais simbólicos. E esta maneira de compreender o objeto é mencionada por Mensch ([198-], p. 142) quando, enfocando objetos em museus, indica o objeto como mensageiro de dados (“object as a data carrier”).

Tal perspectiva leva a considerar em relação aos Objetos Museológicos que, em sendo Objetos Signos Culturais, são Objetos com Traços Mnésicos. O que os torna Objetos Referenciais da Memória Social. “Todo objeto pode ao mesmo tempo ser apreendido como um signo cultural, portador de uma dimensão simbólica eterna e funcionar como um traço mnésico” (JEUDY, 1990, p. 121).

7. Memória Social e Museus

“O objeto, a imagem e o relato são os meios essenciais de investimentos e tratamento da memória”

Henry-Pierre Jeudy

No contexto da Museologia a presença da referência à Memória Social constitui imagem percebida de modo permanente integrando, também, a concepção de Patrimônio.

Qualquer que seja modalidade conceitual, tipologia técnica ou denominação sob a qual se apresenta o museu, sua relação com os elementos constitutivos da Memória Social se faz indissociável.

No cenário museológico pode-se verificar e, ao longo dos últimos tópicos, está sendo pontuado um elenco de características que conformam, ao modo de uma amálgama, Museologia/Museus e Memória Social.

7.1 Memória Social / Memória Coletiva

O que se pode dizer acerca da natureza da Memória Social / Memória Coletiva?

Entende-se, de acordo com Nora (1984, p. 44), “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” e encaminha à reflexão para o entendimento em torno da configuração da Memória operando como *registro* e como *construção*.

A Memória é processo da “ordem dos vestígios” e “releitura desses vestígios” (LE GOFF, 1984b, p. 11) apresentando propriedades de conservação/persistência e atualização de certas informações -- o conhecimento do passado está em estado virtual de evocação. Também, possui função de comunicação entre as gerações, pois realiza a transmissão de um modelo existencial/normativo (do mundo natural associado ao social) à maneira da já citada passagem da recordação. Comporta o conjunto das Manifestações Culturais relacionadas aos comportamentos sociais (Agir/práticas coletivas) e às mentalidades (Pensar/representações mentais coletivas) e, retornando à fala de Bourdieu, pode-se dizer que sua ambiência envolve o relacionamento simbólico das estruturas mentais e sociais.

O ‘saber’ Memória Social é, ainda, espaço conceitual de aportes do conhecimento interdisciplinar onde evoluem a História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia Social etc. E seu estudo estabelece novas abordagens segundo as perspectivas da História da História, Antropologia Histórica, Nova História, (LE GOFF, 1984b, p. 11-14) apresentando especificidades que devem ser evidenciadas neste trabalho:

- pluralidade real dos tempos sociais, ou seja, dos múltiplos tempos/das experiências vividas, das realidades sociais;
- “renúncia à temporalidade linear” (NORA, apud LE GOFF, 1984b, p. 44), não se enquadrando na feição cronológica de estados delimitados sob os marcos do tempo presente, passado e futuro, seqüenciais e diacrônicos; aquilo que se conhece como ‘o tempo na linha’. Usa, assim, a percepção e entendimento da “história descontínua” (LE GOFF, 1984a, p. 100), pois comporta o entrecruzamento dos tempos sociais e dos espaços. O tempo social, aquele das lembranças/reminiscências, o mesmo que tempo interior, é identificado ao plano mental/plano da consciência;
- aplicação do conceito da estrutura histórica de longa duração, melhor dizendo, outra concepção do tempo histórico. O “movimento lento” (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 53) dos tempos longos, da percepção sincrônica e cíclica dos estados, que se reconhece como ‘o tempo no plano’. E, mencionando a longa duração, permite-se enfocar a temporalidade da permanência, o eterno retorno, tomando como relação-base o tempo vivido (BERGSON, 1990) ou duração da consciência; que não distinguindo estados, mantém a continuidade, fazendo-se ininterrupto. O processo que ocorre é ao mesmo tempo de novidade e de conservação em movimento, o eterno presente. O tempo que se volta sobre si mesmo, atemporal;
- deslocamento do local de pesquisa se movimentando dos acontecimentos para os tempos longos. Tendendo a investigação da Memória mais para as “imagens, gestos, rituais” do que para os documentos textuais (LE GOFF, 1984b, p. 44; NORA, 1984, p. xx), portanto, apontando a rota da leitura para o território das práticas culturais;
- utiliza a noção de consciência coletiva de grupo em oposição à noção que privilegia a consciência universal, reconhecendo que se trata de uma das direções que toma a consciência, uma perspectiva possível de racionalização do espírito, apresentando uma interpretação entre as múltiplas interpretações acerca da realidade;
- “nível individual enraizado no social e coletivo” (NORA, apud LE GOFF, 1984b, p. 45); que faz compreender as concepções e gestualidades do indivíduo ancoradas e inseridas no movimento de percepção e expressão social e coletiva;
- “elemento essencial do que se costuma chamar identidade” (LE GOFF, 1984b, p. 46) individual e coletiva. Trata-se do problema do desenho e da posse de um patrimônio cultural para os grupos sociais baseado na determinação de conjunto de atributos comuns, que são apontados como necessários à construção de identidades pessoais e coletivas. É o que se entende pela noção de *pertencimento*. A Memória conforma o conjunto de atributos.

7.2 Os documentos da memória no ambiente do Museu.

Os objetos que estão sendo tratados ao longo deste trabalho, os portadores de significações, são submetidos à leitura museológica analisados em seus conteúdos formadores da unidade do objeto, isto quer dizer à luz da própria matéria física que o constitui -- natureza intrínseca do objeto; e ainda à luz de outro(s) elemento(s) que se pode nomear de material associado ao objeto, no qual os dados interpretativos do contextual, documental e simbólico são tratados -- natureza extrínseca dos objetos (MENSCH, 1987).

Afirma Nora (1984, p. xix) que a memória se enraíza no objeto, o que encaminha a reconhecê-la 'plantada' na unidade que incorpora os dois aspectos dos documentos museológicos.

Ao se falar deste tipo de Documento considerado Bem Cultural e indicado como Objeto de Coleção do Museu, evidencia-se que na unidade (= no objeto) estão sediadas as significações culturais, aqueles valores que foram emprestados pela Cultura; ou os atributos do objeto. Em razão das significações serem "signos definidos em uma sociedade dada" (LIER, 1972, p. 152), o objeto museológico é signo cultural, o Objeto-Signo. Portanto, é na unidade e no estudo que demanda que se configura servir como matéria de interpretação para o exercício do registro da Memória Coletiva.

Convém observar com relação à unidade do objeto tangível que, também, pode ser enquadrada nas "fontes extrínsecas de informações" (GEERTZ, 1989, p. 106-107) para estudos de padrões da cultura. Assim foram nomeadas e estudadas por Clifford Geertz, tendo em vista que tais elementos referenciais se relacionam àquelas mesmas construções significativas -- apresentadas no início do presente texto; que o Ser Humano elaborou pela necessidade imperiosa de orientar seu comportamento, já que ao nascer este "é frouxamente determinado por fontes intrínsecas de informação", as de ordem genética.

A palavra *registro*, na reflexão que se está elaborando aqui, encerra um sentido a ser compreendido sob duas perspectivas integradas.

O primeiro designando o que se nomeou como inscrição, ou a mensagem virtual que se afirma estar contida no objeto material de uso museológico, aguardando a leitura a ser realizada pelo sujeito cultural/grupos sociais/sociedade, enfim, aquilo que o Museu representa. E o segundo servindo para nomear o procedimento técnico que faz a Documentação na sua metodologia, executando a atividade Registrar.

Os dados documentais que a unidade encerra, estudados pela Museologia e registrados de acordo com a Documentação Museológica -- Documentação em Museus (Museum Documentation) -- compõem o mesmo conjunto dos conteúdos informacionais trabalhados pela Ciência da Informação na tarefa da Representação da Informação. Isto se dá quando os objetos das coleções museológicas são reconhecidos como "fontes de informação" (FERREZ, 1994, p. 65), de modo que seus dados intrínsecos e extrínsecos constituam os elementos componentes para processamento da informação, integrando-se à Informação Cultural que incorpora a Informação Museológica.

todas as fontes são representativas, e afinal, todas elas lançam um véu sobre a realidade objectiva. Eu diria que há fontes abundantes, e outras, que o não são; há fontes isoladas, que jorram de repente e nos revelam muita coisa, e outras, ao contrário, insignificantes, minúsculas, apenas algumas gotas, e que temos de captar, drenar, reunir, tratar em conjunto [...] Mas, densas ou dispersas, todas essas fontes são para mim representativas de alguma coisa. (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 57-58).

Conforme foi exposto nos tópicos: 3. Cultura, Comunicação e Memória Social; 4. Núcleo das fontes da Memória Social: herança cultural e espaço interligado; e 5. Bens Culturais, Objetos Materiais (Re)Interpretados: Imagem e Mensagem a Serviço da Memória Social; o *bem cultural objeto-museológico é objeto-memória, é objeto-comunicação* e, ainda, o mesmo que construções da ordem das significações criadas pela Cultura, todas indicando sob a variedade de sentidos o único objeto.

Este objeto 'memória-comunicação' está imerso no contexto das manifestações culturais, práticas e representações pelas características que comporta. Algumas já citadas e outras que exprimem e explicitam tal condição, quando o apontam e interpretam-no, por exemplo: -- como forma cultural, (o mesmo que forma simbólica); -- ou, segundo Humberto Eco (1969, p. 19), representando "forma de intervenção sobre a realidade" e materializando "ação cultural"; -- sendo perceptível como discurso; -- indicando

referência à dialética do transbordamento e do retraimento da Memória (LE GOFF, 1984b, p. 13), compreendendo relações de “evocações e esquecimentos” (DUBY, LARDREAU, 1989, p. 61-74), o mesmo que “lembança ou amnésia” (NORA, 1984, p. xx) e que se pode entender como o reforço social da imagem; -- formalizando informante do processo social referido à determinada época e tradição: à História e à Memória.

Quando se trata das relações indicadas na dialética do lembrar e do esquecer, faz-se importante aludir o uso da Memória como “instrumento do poder” (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 61-74), tema que aborda a questão da “manipulação da memória” (NORA, 1984, p. xx), considerando a dominação exercida na transmissão de valores definidores da noção de mundo no ambiente social, onde o recurso do reforço social da imagem atua como convencimento para as práticas sociais. Isto se aplica, também, ao uso interpretativo que se faz do objeto museológico e à qual Memória estará sendo referenciando.

Cabe, em razão deste comentário, lembrar Foucault (1979, p. 78): “os objetos dizem em *silêncio* outra coisa diferente do que dizem” (grifo nosso).

7.3 Musealização e memória: relações técnico-conceituais.

O Museu, no desempenho da sua função social, atua atendendo a três linhas técnico-conceituais e aos seus desdobramentos que envolvem o conhecimento, o manejo das coleções e as relações daí advindas. Assim:

1. “Preservação [...] coleta, conservação, restauração, armazenamento e documentação”; 2. “Investigação... interpretação científica do valor informativo do patrimônio cultural...” [pesquisas]; 3. “Comunicação [...] métodos [...] para transferir a informação a uma audiência: publicações, exposições e atividades educativas adicionais” (MENSCH, 1992, p. x).

Em tempos das Tecnologias de Informação e Comunicação cabe agregar ao item 3 do autor, a rede internacional de computadores - Internet; já que seu texto é anterior ao aparecimento deste novo canal informacional que entrelaça os seres humanos em diversas temporalidades, lugares, culturas.

Denominado “Lugar Topográfico da Memória” por Pierre Nora (1984, p. xxxiv) e “Instituição de Memória Cultural” por Gérard Namer (1987, p. 159) o Museu:

- atua como ‘agente social’, institucional, participando do processo no qual outros agentes estudam o movimento do “tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1984a, p. 95) fixados nos monumentos e documentos da memória coletiva;
- integra o conceito que define os denominados “lugares de memória” coletiva e, assim, é reconhecido como lugar da rememoração, sendo possível indicá-lo como exemplo de espaço que detém “aura simbólica” (NORA, 1984, p. xxiv.);
- configura um dos domínios institucionais que avalia e define a escolha dos bens da memória coletiva, o território que reúne a “memória seletiva do mundo” (NAMER, 1987, p. 178), na medida em que é o árbitro para decidir quanto à composição das coleções, quanto à concepção das exposições permanentes e temporárias;
- realiza o ‘tratamento-interpretação do objeto’, inserindo esse processo de significações no movimento das forças condutoras da humanidade que, por sua vez, aglutina o tempo e o mundo (LE GOFF, 1984a, p. 95) desenvolvendo, então, a análise segundo as perspectivas explicitadoras propostas pelo momento e o lugar. E isto faz lembrar Namer (1987, p.178) ao afirmar que o Museu representa a “memória dos valores”. Entendendo-se a assertiva como interpretação acerca das coleções por encarnarem sentidos interpretativos de distinção/destaque atribuídos aos objetos museológicos, exemplificando a pluralidade de juízos tais como objetos de valor estético, histórico, científico, etc. E, ainda, as modificações culturais que podem ocorrer na interpretação/compreensão destes significados ao longo do tempo e no espaço. Outro autor, Bourdieu (1986, p. 100; 1989 p. 289, 178) situa o Museu atuando como “instância de consagração” do Bem Cultural, fornecendo aval para a significação distintiva emprestada aos seus objetos e caracterizando o exercício do “poder simbólico”. Formaliza-se o Museu, nessa condição, como representante de um domínio especializado de determinada área do saber, comportando-se segundo o padrão do exercício da “competência

cultural”, posição que lhe foi outorgada pelo seu campo;

- desempenha, tendo em vista o explicitado (item imediatamente anterior), o papel de promotor do processo de institucionalização da Memória que, em outros termos, é compreendida pela nova contextualização a partir da leitura museológica. O procedimento se faz calcado na perda da função original que sofrem os objetos recolhidos às coleções (processo nomeado musealização) e, ainda, na geração de outra construção cultural por meio da produção do discurso museológico. Portanto, a elaboração da ‘(re)criação interpretativa’ realizada pelo Museu erige uma “memória ideológica” (NAMER, 1987, p. 178), “os traços mnésicos são indefinidamente remanejados, transformados em função de experiências novas e atuais. Elas podem também adquirir um sentido novo e instaurar possibilidades de reorganização e interpretação” (JEUDY, 1990, p. 141);
- é o lugar do estudo e da comunicação, transmissão dos signos da Memória ‘inscritos’ nos objetos das coleções, deste modo, produzindo a informação especializada, a Informação Museológica que consubstancia a Informação da Memória. O Museu exerce a disseminação desta Informação Cultural ao fornecer acesso a estes Bens Culturais da Memória e ao conhecimento referencial que lhes diz respeito. O que sucede sob diversas formas de atuação e divulgação componentes do meio-ambiente museológico, reconhecidas em suas modalidades como exposições, edição de publicações variadas, realização de ciclos de estudos, palestras, etc., e no atendimento prestado aos pesquisadores, usuários dos seus Centros de Documentação/Informação.

A instituição Museu é considerada o terreno de “disseminação da cultura”, segundo Helen M^cCorry (1994, p. 9), profissional do Museu Real da Escócia (Royal Museum of Scotland).

E, ao encerrar este trabalho, a autora se permite afirmar que o Museu é o terreno de disseminação da Memória Social (que, por sua vez, se faz vinculada ao patrimônio) porque, no seu meio-ambiente, instauram-se as práticas e as representações culturais que (re)interpretam e (re)transmitem a memória-mensagem incorporada aos objetos das coleções museológicas. ■

Referências

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAUDRILLARD, Jean. A moral dos objetos: função-signo e lógica de classe. In: MOLES, Abraham; BAUDRILLARD, Jean; BOUDON, Pierre; LIER, Henri van; WAHL, Eberhard. *Semiologia dos Objetos*. Petrópolis: Vozes. 1972. p. 42-87. (Coleção Novas Perspectivas em Comunicação, 4. Seleção de ensaios da Revista Communications. n 13, 1969).

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOUDON, Pierre. Sobre o estatuto do objeto: diferenciar o objeto do objeto. In: MOLES, Abraham; BAUDRILLARD, Jean; BOUDON, Pierre; LIER, Henri van; WAHL, Eberhard. *Semiologia dos Objetos*. Petrópolis: Vozes. 1972. p. 88-126. (Coleção Novas Perspectivas em Comunicação, 4. Seleção de ensaios da Revista Communications. n 13, 1969).

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: MICELI, Sergio. (Org) *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 27-78. (Coleção Estudos. Textos selecionados de Pierre Bourdieu).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

CASSIRER, Ernest. *Antropologia Filosófica*. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1977.

CASSIRER, Ernest. *L’Idée de l’histoire*. Paris: Cerf, 1988.

- CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 13-28. (Coleção Memória e Sociedade).
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 34ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DUARTE JÚNIOR., João-Francisco. *O que é realidade*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUBY, Georges. *História Social e ideologias de las sociedades*. Barcelona: Anagrama, 1976.
- DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. A memória e o que ela esquece: a história da memória. In: DUBY, Georges, LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Trad. Teresa Meneses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. p. 61-74.
- DURHAM, Eunice. Texto II In: ARANTES, Antonio A. (Coord.) *Produzindo o passado: estratégias para a construção do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.
- DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. *Essais de Sociologie*. Paris: Minuit, 1968/1969.
- ECO, Humberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1969. (Coleção Debates, Estética).
- FALCON, Francisco J.C. *A história cultural*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1992. (Coleção Rascunhos de História).
- FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: IPHAN. *Estudos Museológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p. 65-74. (Cadernos de Ensaio, n. 2).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, museologia, museólogos e formação. *Revista de Museologia*. São Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política/FESP. v.1, n.1, p. 10, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. (Biblioteca Vértice, Sociologia e Política).
- HAUSER, Arnold. *Teorias da arte*. 2 ed. Portugal: Editorial Presença, Brasil: Martins Fontes, 1978.
- HOSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Coleção: O homem e a história).
- JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. (Coord.) *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984a, p. 95-106. (Enciclopédia Einaudi, 1.)
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. (Coord.) *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984b. p. 11-51. (Enciclopédia Einaudi, 1).
- LIER, Henry van. Objeto e estética. In: MOLES, Abraham; BAUDRILLARD, Jean; BOUDON, Pierre; LIER, Henri van; WAHL, Eberhard. *Semiologia dos Objetos*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 127-156. (Coleção Novas Perspectivas em Comunicação, 4. Seleção de ensaios da Revista Communications. n 13, 1969).
- LIMA, Diana Farjalla Correia; TOSTES, Vera B. Centro integrado de consultoria e informação museológica: CECIM/ABM. *Boletim Associação Brasileira de Museologia-ABM*. Rio de Janeiro, n. 10/11, p. 8-10, set/dez. 1985, jan/mar. 1986.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. *Acervos Artísticos: Proposta de um Modelo Estrutural para*

Pesquisas em Artes Plásticas. 1995. 235 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Memória Social e Documento. Universidade do Rio de Janeiro/UNI-RIO. Rio de Janeiro: 1995. Orientadores: Lamartine Pereira da Costa; Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: University Press. 1988.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: SÃO PAULO (Cidade:) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH//SMC, 1992. p. 189-194. Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, DPH/SMC do Município de São Paulo, em 1991.

NAMER, Gérard. *Memoire et société*. Paris: Méridiens Kincksieck, 1987. (Collection Société).

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard. 1984. v. 1.

M^cCORRY, Helen. The Catechism project at the National Museums of Scotland. *Managing Information*. v 1, n. 1, Jan. 1994. p. 9.

MENSCH, Peter van. Museology and the object as data carrier. Lieden, Netherlands: Reinwardt Academie, [198-]. Texto digitado (Capítulo 4.1, p. 136-183?) componente do livro *Methodological museology: or towards a theory of museum practice*, que estava em fase de preparação no ano de 1988/89, sem outras indicações.

MENSCH, Peter van. A structured approach to museology. In: MENSCH, Peter van. *Object, museum, Museology, and eternal triangle*. Lieden: Reinwardt Academy. 1987. p. 11-32. (Reinwardt Cahiers).

MENSCH, Peter van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. Trad. Tereza Scheiner. *Boletim do ICOFOM-LAM*. Buenos Aires-Rio de Janeiro: n. 4/5, p. X, ago. 1992.

MICELI, Sergio. Introdução: a força do sentido. In: MICELI, S. (Org). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. i-xi (Coleção Estudos. Textos selecionados de Pierre Bourdieu).

MOLES, Abraham. Objeto e comunicação. In: MOLES, Abraham; BAUDRILLARD, Jean; BOUDON, Pierre; LIER, Henri van; WAHL, Eberhard. *Semiologia dos Objetos*. Petrópolis: Vozes. 1972. p. 9-41. (Coleção Novas Perspectivas em Comunicação, 4. Seleção de ensaios da Revista Communications. n 13, 1969).

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 11ª ed São Paulo: Brasiliense, [1992?]. (Coleção Primeiros Passos, 110).

VELHO, Gilberto; CASTRO, E. B. Viveiros de. *O conceito de cultura nas sociedades complexas; uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: [Museu Nacional - UFRJ], [197-.] Texto mimeografado. Artigo foi publicado na revista *Artefacto*, ano II, n. 1, jan. 1976.

WILL, Leonard. Museum objects as sources of information. *Managing Information*. v 1, 9 n. 1, p. 32-34, Jan, 1994.